

O Haiti Não é Aqui...

Já está virando uma desalentadora rotina: no ranking da variação do PIB de 18 países latino-americanos o Brasil, pelo segundo ano consecutivo, consegue ficar a frente apenas do Haiti, um país extremamente pobre e devastado pela guerra civil. Como justificar esse pífio desempenho da economia brasileira que cresceu tímidos 2,9% em 2006¹, contra os crescimentos médios de 5,1% da economia mundial e de 5,3% dos países da América Latina? Parece haver um consenso entre economistas, analistas de mercado e empresários em apontar as causas. Procuraremos nesse artigo discutir as que consideramos mais relevantes.

De todas as variáveis identificadas como entraves ao crescimento econômico brasileiro, a elevada taxa de juros praticada em nossa economia é uma unanimidade. Não há, com exceção do Presidente da República e da equipe do BACEN, quem defenda a manutenção de juros tão altos. Apesar de vir sofrendo reduções ao longo dos últimos meses, a taxa de real de juros brasileira ainda é a mais alta em todo o mundo. A justificativa para tal prática reside no controle da inflação. Argumenta-se que sem essa rigidez na política monetária haveria o risco acelerar a demanda agregada, provocando a volta da inflação. O professor Reinaldo Gonçalves², da UFRJ, disse com muita propriedade ao comentar o assunto que o "excesso de cautela, no limite, se transforma em covardia". Na verdade, o excesso de ortodoxia monetária do governo encobre uma outra variável que alimenta a inflação: os gastos públicos. A demanda agregada da economia pode ser expressa pela equação $DA = C + I + G + (X-M)$; onde:

1 Com a recente revisão da metodologia do cálculo do PIB, seguindo as novas normas internacionais, houve uma alteração no resultado final de 2006, apontando um crescimento de 3,7%, em vez dos 2,9% anteriormente apurados. Com esse resultado o desempenho da economia brasileira ficou a frente de Paraguai e Costa Rica, além do Haiti.

2 Em entrevista concedida ao jornal O Globo em 01/03/2007.

DA => Demanda Agregada

C => Consumo Privado

I => Investimento Privado

G => Gastos Públicos

(X-M) => Exportações líquidas³

A aceleração da demanda agregada, no sentido em que não é acompanhada pela oferta, desenvolve uma pressão inflacionária. Os juros altos inibem o consumo e o investimento privados, evitando destarte, o excesso de demanda agregada. Mas por outro lado, cerceiam o crescimento do PIB e dos níveis de emprego. O recomendável seria controlar a demanda agregada através da redução dos gastos públicos. Apesar do aumento de arrecadação pública observado nos últimos anos, o governo vem aumentando os seus gastos correntes⁴. Efetuando um corte em seus gastos correntes, o governo poderia aumentar os investimentos públicos - o que contribuiria para o crescimento econômico - e abrir espaço para um crescimento do consumo e do investimento privados sem comprometer a estabilidade dos preços, eliminando a assim a necessidade de manter os juros em patamares tão elevados.

São coadjuvantes importantes nesse processo de refrear o crescimento do PIB: a elevada carga tributária, os problemas de infraestrutura e o marco regulatório. O setor de infra-estrutura, que apresenta deficiências logísticas em estradas, ferrovias, portos e aeroportos, necessita de investimentos. A mais recente evidência disso foi a crise que resultou no "apagão aéreo", no segundo semestre de 2006. Existem também inúmeros questionamentos acerca da capacidade do país fornecer energia suficiente para o crescimento sustentável num futuro próximo. E os investimentos públicos nesses setores continuarão engessados enquanto não houver a redução de gastos correntes que citamos anteriormente. O peso dos impostos, que no Brasil aproxima-se de 40% do PIB, também desempenha um papel perverso, reduzindo a capacidade de investimento do setor privado. Uma reforma tributária é indispensável. Mas as grandes reivindicações do mercado no sen-

³ Exportações menos importações.

⁴ Despesas para a manutenção da máquina pública.

tido de aumentar o nível de investimentos privados residem no fortalecimento das agências reguladoras. Os investidores consideram o ambiente de negócios no Brasil inadequado em virtude de dúvidas quanto à atuação das agências ou a postura da justiça em assuntos controversos - questões ambientais, por exemplo.

Não poderíamos encerrar a discussão sem tocar na questão do câmbio. O real valorizado fez com que, pela primeira vez desde 2000, as exportações líquidas pesassem contra a expansão do PIB. Estima-se que a aceleração das importações tenha sido responsável por um recuo no crescimento da ordem de 1,4%. O câmbio em baixa reduz a competitividade de nossas exportações. Com o dólar em queda livre, somente os produtos agrícolas e minerais permanecem competitivos e com isso há um vazamento de renda para o exterior. Um *mix* de políticas cambial, monetária e fiscal devolveria o câmbio para os padrões que representassem os interesses macroeconômicos do país⁵.

Um crescimento nos padrões haitianos está muito aquém do potencial do Brasil e das expectativas dos brasileiros. A análise macroeconômica aponta os caminhos - muitas vezes simples - que poderiam reverter esse quadro. Falta apenas a vontade política para tanto.

⁵ Para um estudo detalhado sobre a questão, conferir o Boletim IN!RIO Mercado e Governo nº 1.